

PAULO FREIRE: INFLUÊNCIA PARA O PENSAMENTO DECOLONIAL

João Barros II¹

DOI: 10.29327/2336496.8.2-1

De acordo com Restrepo e Rojas (2010) Paulo Freire pode ser considerado uma influência decisiva para o pensamento decolonial. Tal se deve à importância da categoria de oprimido no que tange à compreensão sobre o funcionamento do poder. Tendo isso em vista, o propósito de uma pedagogia libertadora é recuperar a humanidade dos oprimidos, a partir de uma reconstrução de sua liberdade. Assim sendo, o conhecimento iria muito além de um intelectualismo ou ferramenta de qualificação para o mercado de trabalho.

As reflexões de Freire podem muito bem ser avizinhas com a colonialidade do ser e do saber. Em um primeiro momento, trataremos da colonialidade do ser, no que diz respeito ao aspecto religioso. Em seguida discorreremos sobre sua relação com a colonialidade do saber.

Walter D. Mignolo nos ajuda a entender o conceito de colonialidade ao afirmar que ele é formado por cinco áreas. Uma delas é a colonialidade do ser e do saber, que concerne ao controle da subjetividade e do conhecimento. Mignolo remete a Anibal Quijano, quem estabelece uma bi-implicação entre Modernidade e colonialidade. Para este, a Modernidade não pode ser compreendida sem a colonialidade, pois esta é a expressão da Modernidade para as regiões do mundo alcançadas pelos europeus (Mignolo, 2010).

Nessa linha, podemos compreender uma estratégia composta por repressão, seleção e expropriação de conhecimentos e sentidos antes estranhos ao velho continente. Se os europeus se fizeram grandes, não foi apenas por suas qualidades. Há elementos desse processo chamado Modernidade que são extraeuropeus e que foram fundamentais para sua consolidação. Nesse sentido, Quijano (2005) considera que os colonizadores tanto expropriaram as populações colonizadas em proveito do capitalismo, como reprimiram as formas de produção de conhecimento dos colonizados.

De acordo com Ramón Grosfoguel (2008), a colonialidade se distingue do colonialismo da seguinte forma: ela nos permite compreender a continuidade das formas coloniais para além do período histórico próprio do período colonial. Com tal distinção é possível sublinhar as dinâmicas do mundo contemporâneo sem perder de vista suas

¹ Dr. em Filosofia e Dr. em Ciências Sociais. Prof. do PPGICAL-UNILA. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2130617298017357>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0324-7079>.

consequências advindas de um passado colonial. Assim, a colonialidade do saber nos permite vislumbrar como o controle sobre a produção de conhecimento opera ainda hoje e é herdeira do processo de conquista que sofreram tanto negros como indígenas em nosso continente. Permite entender também como se dá um controle sobre a subjetividade e o conhecimento dos povos subalternizados.

Ao considerarmos a subalternização de conhecimentos durante a empresa colonizadora, podemos perceber que algumas posturas semelhantes, degradantes e dicotômicas, ainda estão presentes na sociedade brasileira. Referimo-nos a uma lógica binária que divide o mundo entre bom e mau, conquistadores e conquistados, brancos e não brancos. De acordo com isso, Frantz Fanon (2009) lança seus olhos sobre os condenados da terra afirmando que uma das estratégias da empresa colonial foi transformar o colonizado em quintessência do mal, impermeável à ética e elemento corrosivo da civilização.

Há um elemento racial aqui que apenas mencionaremos de passagem, mas que não pode ser deixado de lado. Essa oposição binária entre colonizador e colonizado tem na ideia de raça seu fundamento. Ela serviu a um padrão universal de classificação e de dominação social (Quijano, 2001). O elemento racial foi a ferramenta para um corte classificatório e dominador muito forte dos europeus sobre os não europeus. Estamos, então, diante do controle da subjetividade afirmando uma lógica de saber específica.

Nesse sentido, a Modernidade não pode ser entendida como um fenômeno intraeuropeu exclusivamente. Faz-se necessário atentar para uma dimensão global tendo em conta a periferização e subalternização geopolítica, racial e epistêmica dos demais continentes tendo a Europa como centro (Walsh, 2007). A condição subalterna das epistemologias de matriz africana, por exemplo, seriam ainda um ressoar de práticas e concepções que estigmatizaram os povos negros. Assim entendidos, os condenados da terra de hoje em nosso país são descendentes diretos dos *damnés* colonizados e/ou escravizados (Maldonado-Torres, 2006).

A colonialidade do saber é definida como o controle sobre o conhecimento produzido. Ela é considerada por Mignolo (2010) a junção de uma tríade composta por epistemologia, hermenêutica e *aesthesis*. Com as palavras de Mignolo, é possível entender o conhecimento como uma das peças-chave para a dominação exercida sobre os povos subalternizados. A conquista e o domínio não se dão apenas pela força, pelas leis ou pela retenção/exploração

econômica. O conhecimento que legitima essas ações é essencial para a continuação do processo de dominação/exploração.

É pelo conhecimento que podemos não só conhecer os “fatos”, mas também compreendê-los de uma maneira que contribua ou não para a crítica. Caso não sejamos capazes de compreender aquilo que nos rodeia e interpretar os acontecimentos de forma a construir uma visão libertadora, estaremos refêns de uma lógica de justificação da realidade que muitas vezes limita ao invés de expandir horizontes e direitos.

No sentido de defender a importância da colonialidade do saber para a subalternização dos povos colonizados, Quijano (1992) argumenta que a instrumentalização da razão pelo poder produziu paradigmas distorcidos de conhecimento, prejudicando as promessas libertadoras da Modernidade. Esses paradigmas distorcidos de conhecimento referidos por Quijano contribuem para uma compreensão da própria realidade que não auxilia os povos periféricos/subalternos a manterem uma trajetória de contínuo progresso e melhoria de suas sociedades tal como sucederia nos países centrais.

Partindo da relação intrínseca entre Modernidade e colonialidade, podemos considerar a geopolítica do conhecimento um conceito importante para compreender esse binômio. Sua definição pode ser encontrada em Restrepo e Rojas (2010), ao mencionarem que ele nos auxilia a identificar as relações de subordinação e inferiorização dos conhecimentos gestados nas zonas periféricas. Como um sintoma da geopolítica do conhecimento, é possível identificar uma hierarquização entre epistemologias e línguas no plano mundial. Sendo assim, o conhecimento surgido em países centrais tem a tendência de ser considerado superior ao oriundo de países periféricos. Mignolo exprime bem os efeitos dessa operação, ao afirmar que os laços entre línguas e limites da humanidade deram forma às ideias de literatura, culturas de conhecimento acadêmico e civilização na Modernidade europeia. As línguas do conhecimento que são alçadas a esse patamar durante a Modernidade são o inglês, o francês, o alemão e o italiano; sempre tendo em conta seus laços com o grego e o latim (Mignolo, 1999).

O privilégio outorgado às línguas colonizadoras vem acompanhado de uma inferiorização das línguas e culturas dos povos colonizados. Essa consequência da geopolítica do conhecimento tem sido uma marca na forma como se produz conhecimento em nosso continente. A escrita, por exemplo, foi uma ferramenta de diferenciação entre colonizados e colonizadores. Um critério de classificação racial usado para separar os analfabetos dos

letrados, aqueles que detinham o domínio da escrita e aqueles que não. Logicamente, os primeiros eram tidos como naturalmente superiores aos últimos (Garcés, 2007).

Isso nos remete a uma produção da subjetividade relacionada à classificação do conhecimento. A língua não pode ser totalmente separada do conhecimento que a produz. Dita afirmação advém da compreensão de que a língua é um fator de construção da própria identidade de um povo. Não é somente algo que os seres humanos têm, mas algo que são. Subalternizar certas línguas, então, resultaria na subordinação de certas subjetividades (Mignolo, 2006).

Rotulado como o outro subalterno, a classificação do colonizado como primitivo e selvagem permitiu ao colonizador ver a si mesmo como moderno e mais avançado. Assim, os bons frutos da Modernidade ficariam reservados à Europa como centro do mundo. Por outro lado, à periferia caberia as coisas ruins, como escravidão e exploração dos recursos naturais (Mignolo, 2010).

A geopolítica do conhecimento, portanto, desafia a compreensão predominante sobre a universalidade do processo de modernização e também de seu paradigma científico. Assumindo uma postura crítica a respeito de uma ciência supostamente neutra e objetiva, a geopolítica do conhecimento nos permite valorizar outras racionalidades, culturas, subjetividades e caminhos para o desenvolvimento da humanidade. A possibilidade, assim, de muitos caminhos a serem trilhados para além do legado deixado pelas línguas hegemônicas.

Valorizar outras rotas civilizatórias é um ganho proporcionado pela reflexão decolonial. Segundo Walsh (2007), a contribuição positiva da colonialidade dá visibilidade às histórias, subjetividades, conhecimentos e lógicas de pensamento a partir da diferença colonial. Desse modo, podemos sublinhar as dinâmicas do mundo contemporâneo sem perder de vista as consequências advindas do passado colonial. A geopolítica do conhecimento, então, nos permitiria vislumbrar alguns processos de longa duração referentes à concentração de conhecimento no centro do sistema-mundo desde sua formação. Por outro lado, sua importância também alcança uma positividade, na medida em que nos permite pôr em evidência conhecimentos e lógicas distintas da europeia hegemônica.

Talvez por isso estamos lidando predominantemente com paradigmas e conceitos importados de outras realidades, construindo nossa visão de mundo e enfrentando nossos desafios mais importantes escolhendo entre alternativas completamente fictícias ou desequilibradas.

É oportuno lembrar que um dos principais objetivos da universidade é produzir conhecimento que contribua para o avanço tecnológico e científico, auxiliando na construção de uma sociedade mais desenvolvida e justa. Para tanto, o conhecimento crítico é fundamental e inerente à própria atividade universitária. Teorias ou conceitos que apenas justifiquem uma realidade social dada não podem ser considerados suficientes e adequados para tal fim.

Poderíamos mencionar também os índices que apontam gargalos na saúde e na educação públicas, no transporte coletivo, no saneamento básico e em outros serviços essenciais à população. Ante a realidade que nos cerca, se faz importante uma fundamentação em defesa de um conhecimento crítico que aponte alternativas para a construção de uma sociedade mais justa e desenvolvida, assim como para o exercício de uma cidadania mais plena, tanto em direitos civis como sociais. Não obstante, iniciativas que tentam controlar e cercear a atividade acadêmica, classificando alguns profissionais como doutrinadores, não podem deixar de serem vistas como um desrespeito à liberdade de expressão e às garantias legais da atividade docente.

Tendo em conta essa reflexão, a Revista Espirales muito se alegra em publicar um dossiê sobre o legado de Paulo Freire na América Latina.

Desejamos que tenham uma boa leitura.

Referências

FANON, Frantz. **Los condenados de la tierra**. Trad. Julieta Campos. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

GARCÉS, Francisco. Las políticas del conocimiento y la colonialidad lingüística y epistémica, *in*: CASTRO-GÓMEZ, S. e GROSGOQUEL, R. (Orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores. p. 217-242, 2007. Disponível em: <<http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogoomez.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2012.

GROSGOQUEL, Ramón. “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, n. 80, 2008, p. 115-147.

MALDONADO-TORRES, Nelson. “La topología del ser y la geopolítica del saber. Modernidad, imperio, colonialidad”. *In*: MIGNOLO; SCHIWIY F.; MALDONADO-TORRES, N. (Orgs.). **Des-colonialidad del ser y del saber: (Videos indígenas y los límites coloniales de la izquierda) en Bolivia**. Buenos Aires: del Signo, 2006, p. 63-130.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Del Signo, 2010.

MIGNOLO, Walter. Globalización, procesos civilizatorios y la reubicación de lenguas y culturas, in: CASTRO-GÓMEZ, S.; GUARDIOLA-RIVERA, O. e BENAVIDES, C. M. de (Eds.). **Pensar (en) los intersticios. Teoría y práctica de la crítica poscolonial**. Santa Fé de Bogotá: CEJA/Instituto Pensar, p. 55-74, 1999.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica, in: SOUSA SANTOS, B. (Ed). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, p. 667-709, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, globalización y democracia. **Utopías, nuestra bandera: revista de debate político**. Madrid: Partido Comunista de España, n. 188, 2001, p. 97-123. Disponible en <http://www.rojasdatabank.info/pfpc/quijan02.pdf> . Acceso en 28 nov 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**. Lima, 1992, v. 13, n. 29, p. 11-20. Disponível em <http://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>. Acesso em 03 nov 2024.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Popayán-CO: Editorial Universidad de Cauca, 2010.

WALSH, Catherine. “¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales?”. **Nómadas**. Bogotá-CO, n. 26, 2007, p. 102-113.